

DAYRELL, Juarez et al. (Org.). **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal.** Belo Horizonte: UFMG, 2012. 449 p.¹

DAYRELL, Juarez et al. **Family, school and youth: shared views Brazil-Portugal.** Belo Horizonte: UFMG, 2012. 449 p.

Nicolau Dela BANDERA²

A publicação do livro *Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal* apresenta um panorama das pesquisas sociológicas sobre educação, realizadas nos dois países nas duas últimas décadas, marcado por deslocamentos na abordagem das relações entre família e juventude, por um lado, e a escola, por outro. Os autores do livro percorrem diferentes veredas abertas pela Sociologia no campo educacional, sem, contudo, recair na aplicação mecânica de teorias produzidas alhures para compreender a realidade extremamente diversificada e desigual desses dois países. Dessa forma, temas clássicos da disciplina passam a ser observados por ângulos inusitados, e aquilo que parecia ser um pressuposto analítico compartilhado e autoexplicativo se converte em terreno de debate e ponto de partida para as mais variadas pesquisas.

Vale a pena apresentar aqui alguns exemplos dessa abordagem que questiona os *partipris* analíticos da disciplina. A Sociologia, desde Durkheim, passando pelas pesquisas desenvolvidas por Bourdieu e Passeron nos anos 1960, volta-se para o estudo do papel da família e da escola na imposição de uma ordem cultural legítima e de uma ordem social estratificada. As desigualdades de classe frente à cultura legítima foram acionadas pela Sociologia, nos anos 1960, como chave explicativa central para compreender a produção do sucesso e do fracasso escolar. Segundo essa perspectiva analítica, os herdeiros do capital cultural acumulado nas frações culturais da classe dominante, por meio dos processos precoces de transmissão familiar, foram mais preparados a responder às exigências e expectativas escolares do que os estudantes

1 Gostaria de agradecer a minha orientadora Profª. Dra. Ana Cláudia Marques, pela supervisão, e à agência Fapesp que financiou minha pesquisa de doutorado (Processo n. 2012/07348-0).

2 Doutorado em andamento em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Endereço profissional: Rua do Lago, 717, Cidade Universitária, São Paulo – SP, Cep: 05508-080. Tel.: 30914612. Email: <nicolauadelabandera@gmail.com>.

pertencentes às frações da classe dominada. Tal como demonstrado no famoso relatório Coleman³, sobressai uma ênfase na influência da posição social da família sobre o desempenho escolar dos filhos. Sem abandonar essa macrofísica das posições de classe e das relações de dominação, os autores do livro irão problematizar o vínculo explicativo entre cultura legítima, herança familiar e performance escolar; afinal, a própria definição do que é legítimo passa a ser objeto de disputa e, como indicam as pesquisas apresentadas no livro, os indivíduos e as famílias configuram gostos e práticas culturais mais heterogêneos e híbridos do que uma definição apriorística da posição de classe levaria a supor.

Abrem-se, assim, duas caixas-pretas da relação escola-família. Por um lado, as famílias deixam de ser descritas apenas a partir da sua posição social, geralmente inferidas a partir da escolarização e da ocupação dos pais e avós. Os autores analisam e descrevem as dinâmicas familiares e os processos domésticos e cotidianos de transmissão cultural, aproximando-se a Sociologia da Educação dos estudos realizados pela Sociologia (ou Antropologia) da família. Vê-se aqui que aquilo que poderia ser visto como uma relação de complementaridade entre família e escola passa a ser problematizado a partir de suas ambiguidades, reticências e conflitos. Os trabalhos de João Teixeira Lopes, Maria das Graças Setton e Juarez Dayrell são ilustrativos dessa tendência, ao demonstrarem que os jovens e crianças não estão sob o jugo exclusivo das influências familiares e escolares. Nesse sentido, a experiência escolar passa a ser compreendida, segundo Teixeira Lopes (professor de Sociologia na Universidade do Porto), quando são simultaneamente descritos os elos que ligam a vida intramuros da instituição escolar com os restantes mundos da vida, juvenis e infantis. A partir dessa abordagem, Lopes pôde compreender as atitudes dos jovens portugueses de recusa ou adesão distanciada à escola, que reforçaram o que o autor denominou de função convivial da escola, marcada por uma ética da sociabilidade e do hedonismo. Maria das Graças Setton, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, por sua vez, demonstra como no Brasil as mídias, sobretudo a televisão, têm forte presença no universo juvenil. Sobressai, na análise fina dos processos de socialização empreendida por Setton, uma crítica à sobrevalorização da escola na conformação dos gostos e disposições culturais dos jovens.

Ao abrir a caixa-preta da família, pode-se observar ainda várias formas contemporâneas do que se denominou da terceirização da educação familiar. Maria Alice Nogueira, professora da Faculdade de Educação na Universidade Federal de

3 O relatório Coleman ficou conhecido na literatura da Sociologia da Educação por enfatizar a influência das famílias e das desigualdades culturais e de classe na produção da desigualdade escolar. Ver: Coleman, James. (Ed.). *Equality of educational opportunity*. Washington, U.S.; Government Printing Office, 1966.

Minas Gerais e coordenadora do *Observatório sociológico família-escola*, apresenta uma literatura recente que problematiza a emergência de uma espécie de parentocracia, neologismo criado para se compreender o fato de que o desempenho escolar se torna cada vez mais dependente dos recursos financeiros e da capacidade estratégica dos pais acionarem agências e instituições que orbitam ao redor das escolas, voltadas para o aprimoramento da performance escolar. Segundo Teixeira Lopes, analisando o contexto das escolas de ensino secundário de Portugal, é possível verificar que muitas famílias, sobretudo das classes médias, em face à crise da escola, buscam uma resposta em atividades extracurriculares que, como o próprio nome indica, são acréscimos ao currículo, reforçando a colonização escolar do tempo livre dos jovens.

Por outro lado, abre-se também a caixa-preta da escola. Os trabalhos apresentados no livro se contrapõem à tese do Relatório Coleman de que *schoolsmake nodifference*, demonstrando que várias dimensões da experiência escolar cotidiana exercem influência na constituição de aspirações escolares e projetos de vida, podendo ou não reduzir o peso das vantagens culturais iniciais. Bruno Dionísio, professor do Instituto Politécnico de Porto Alegre em Portugal, lança luz para a atuação de um profissional cada vez mais presente nas instituições de ensino em Portugal: os especialistas em orientação escolar. Esses profissionais são responsáveis por direcionar os estudantes às diferentes fileiras e trajetórias escolares no sistema de ensino. Para desempenhar essas funções, eles recorrem a diferentes formas de justificação, que não se limitam a uma ideologia hegemônica da meritocracia, nos termos de Boltanski e Thevenot. Concorrem aqui diferentes concepções e valores de justiça, que frequentemente colidem com aqueles reivindicados pelas famílias e pelos próprios estudantes. O autor afirma que, com a entrada em cena desses especialistas, o mundo escolar se desloca de um espaço de justificação de base política para um de justificação com base na *expertise* científica. Nas duas últimas décadas, ainda segundo Dionísio, houve um reforço da retórica sobre a constituição de mercados escolares, deslocando o debate sobre a igualdade para a ideia de equidade, que solicita cada vez mais maior sofisticação dos instrumentos de medida e na publicização das performances hierarquizadas de cada estabelecimento. A partir desses dados, o orientador escolar, detentor do conhecimento especializado, pode exercer sua função, delimitando o que seria uma visão justa do mundo escolar em detrimento de outras visões possíveis.

Há no livro toda uma seção dedicada às relações entre juventude, escola e ação política. Vitor Ferreira, pesquisador do *Observatório permanente da juventude* na Universidade de Lisboa, analisa como jovens portugueses recusam as vias tradicionais e alinhadas de exercício da cidadania, o que não implica a caracterização de uma geração despolidizada. As microculturas juvenis oferecem a esses agentes, segundo o autor, “não apenas um contexto disponível à experimentação de éticas e estilos de vida dissidentes aos dominantes, como também um vasto repertório

de recursos expressivos e performativos de intervenção social” (p. 345). Wivian Weller, professora da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília, por sua vez, critica a preponderância de uma concepção pre-social de juventude nos estudos que articulam gênero, sexualidade e cor, na contramão dos estudos de gênero e de etnia que, há muito tempo, já estabeleceram uma crítica às definições assentadas em universais biológicos. As teorias feministas, segundo a autora, quando incorporadas na agenda das pesquisas sobre juventude, poderão apresentar uma importante contribuição na desconstrução das concepções vigentes de juventude.

Por fim, vale a pena ressaltar o esforço de Lea Paixão, professora da Universidade Federal Fluminense, ao suscitar a discussão de um tema candente, ainda que pouco explicitado e trabalhado pela Sociologia da Educação em ambos os países: como podemos apresentar retornos dos resultados de nossa produção para aqueles diretamente envolvidos com as práticas sociais que permeiam a educação? Como parte dos compromissos éticos firmados com as pessoas e as instituições pesquisadas, frequentemente se estabelece que o sociólogo realizará uma apresentação dos resultados de sua pesquisa a eles. Tais apresentações, como a descrita por Paixão, podem, contudo, suscitar reações defensivas, quando não hostis, em relação à pesquisa e ao pesquisador. Tais reações se originam, segundo a autora, na distinção entre as razões que orientam as atividades profissionais do pesquisador e as que organizam as práticas docentes: enquanto o pesquisador trabalha com regularidades estatísticas, em um processo cumulativo, o ator opera com uma concepção da ação de tipo teleológica, vista como o produto da intenção. Há aqui uma distinção epistemológica entre duas formas de conhecimento. Por ser uma prática carregada de julgamentos morais e de diferentes concepções de justiça, como demonstrado pelos autores portugueses dessa coletânea, a docência pressupõe certas crenças e explicações teleológicas que dificilmente podem ser criticadas sem produzir certo alarido e frustração profissional: dentre elas, destaque para a responsabilização do indivíduo e da família pelo fracasso escolar. Nesse aspecto, a contribuição dos autores portugueses, ao estudarem as distintas moralidades e justificações presentes na escola, podem ajudar a pensar nas implicações éticas e políticas do retorno dos resultados das pesquisas sociológicas, também elas carregadas de valores e julgamentos. A publicação desse livro areja ambos os campos nacionais de pesquisa sociológica sobre a educação, trazendo temas que, além mar, já foram mais desenvolvidos e podem nos ajudar a pensar por outros ângulos velhas questões que nos perseguem há tempos, tais como o papel da família e da escola na imposição de uma ordem cultural legítima e de uma ordem social estratificada, e a busca por novas formas de justificação política e moral acionadas no mundo escolar.

Recebimento em: 02/08/2013.

Aceite em: 31/07/2014.